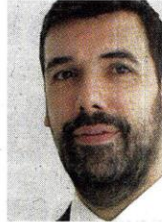


OPINIÃO



LEONARDO MARQUES DOS SANTOS
Sócio de Fiscal da
Miranda & Associados

Orçamento para 2024 e o efeito 'X Files'

O Começo este artigo com uma confissão. Confesso-me fã de ficção científica.

Naturalmente, num texto sobre o Orçamento do Estado, a relação com ficção científica presta-se a uma piada óbvia e fácil. Mas, na realidade, não é essa a ligação que quero fazer.

De acordo com o Governo, o Orçamento do Estado para 2024 assentou em três prioridades: reforçar os rendimentos, promover o investimento e proteger o futuro. E é aqui que, como fã de ficção científica, me lembro da série X Files e do poster no gabinete de Fox Mulder onde se lia "I Want to Believe". E quero mesmo acreditar que os três desígnios identificados como prioritários, e com os quais creio que a maioria de nós concorda, vão ser atingidos com as medidas propostas no Orçamento.

Em todo o caso, parece existir alguma ambiguidade e, até, contradição nas medidas propostas no Orçamento. Com efeito, tem-se discutido muito o fim do regime dos Residentes Não Habituais (RNH).

Mesmo não comentando o acerto da medida, devo dizer que me parece desadequado que se acabe com um regime que vigorou durante mais do que uma década e que, a todos os títulos, parecia ser estável, sem que exista um período de transição substancial.

Aprovada desta forma, a revogação do regime dos RNH terá um efeito devastador na confiança dos investidores e afetará severamente as expectativas de todos quan-

tos já tomaram decisões com impacto significativo nas suas vidas a contar com a aplicação do regime. Sobretudo, parece-me que se trata de uma medida que contraria o objetivo de promoção do investimento. Importa não esquecer que os beneficiários do RNH não se limitam a fazer investimentos em imóveis, como comumente se diz.

É o regime dos RNH que permite atrair para Portugal, entre outros investimentos, empresas com capital estrangeiro, nomeadamente por força do efeito que o regime tem nos pacotes remuneratórios oferecidos aos funcionários que geralmente acompanham a estrutura empresarial.

Mas a maior contradição não resulta do fim regime dos RNH. Resulta da não reversão de uma carga fiscal aprovada ainda nos termos da crise financeira, quando o objetivo a que nos propomos agora é reforçar os rendimentos, promover o investimento e proteger o futuro.

Reconhecendo, naturalmente, a tendência de desagravamento do IRS, continuaremos a ter uma das taxas de IRS mais elevadas da Europa.

E se nem todos concordamos que a fiscalidade deve ser utilizada como instrumento de competitividade e atração de investimento, creio que estaremos de acordo que o sistema fiscal nacional não se deverá assumir como um obstáculo capaz de ofuscar tantas outras características favoráveis que Portugal tem para oferecer. Eu quero acreditar...mas, pelo menos por enquanto, não estou totalmente convencido! ■